

Riqueza disfarçada pode pagar imposto mais alto

Atenção, proprietários de títulos do portador. A Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas deu o primeiro passo, embora tímido, para cobrar imposto daqueles que têm elevados patrimônios encobertos por ações do portador. O anteprojeto da subcomissão, aprovado por 17 votos, mais uma abstenção, permite ao fisco identificar as rendas do rico sonegador.

Responsável pelo anteprojeto, o deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), relator da subcomissão, deu parecer favorável a 122 das 456 emendas sugeridas. Durante a votação, que se estendeu até o final da noite de sexta-feira, apenas dois dos 70 pedidos de destaque obtiveram o apoio da maioria absoluta dos votos e seu teor foi incluído entre os 25 artigos do anteprojeto.

IDENTIFICAÇÃO

— Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte — prevê o anteprojeto. Pretende-se chegar perto do princípio da progressividade dando competência à

administração tributária para identificar a renda dos declarantes, "respeitados os direitos individuais e as atividades econômicas do contribuinte". O passo é tímido porque não se indica como operacionalizar esta identificação, o que deve ficar para a legislação ordinária.

Uma das principais inovações do relatório final de Bezerra Coelho é justamente a de proporcionar, na Constituição, maior segurança ao contribuinte. Nenhum tributo poderá ser criado sem lei, não haverá categorias de assalariados privilegiados (como são hoje os parlamentares, magistrados e militares) e qualquer mudança, mesmo que aprovada pelo Congresso Nacional, só entrará em vigor no ano seguinte ao do exercício em que for sancionada a lei.

O anteprojeto só exclui do princípio da anualidade os impostos sobre importação e exportação, o IPI e o IOF, e mais o tributo que a União pode instituir em casos de guerra externa. A exceção deste, o outro quatro são impostos que o Governo Federal dispõe para manejar sua política econômica. O exemplo

mais recente é o do IPI dos vinhos, cuja alíquota foi reduzida para reaquecer o consumo. O empréstimo compulsório para enxugar o poder aquisitivo da população, como foi o dos combustíveis, será sepultado, se depender da subcomissão.

VITÓRIA

A aprovação do anteprojeto e dos dois destaques marcou a segunda vitória política do relator Fernando Bezerra Coelho e do presidente da subcomissão, deputado Benito Gama (PFL-BA). Os dois comandaram, há dois meses, uma rebelião das regiões pobres (Centro-Oeste, Norte e Nordeste) que derrotou a chapa indicada pelas lideranças partidárias. O principal prejudicado foi o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), candidato a relator, que na reunião de sexta-feira chegou a esboçar uma reação ao anteprojeto, mas nem ficou para a votação.

Os dois destaques só foram aprovados porque, durante a reunião, o relator concordou em aceitá-los. Uma das modificações dá competência aos Estados para criar um adicional do

Imposto de Renda, do instrumento de política econômica estadual, e a outra suprimiu a limitação por prazo de quatro anos dos benefícios e isenções fiscais.

Oficialmente, a Subcomissão de Tributos encerra suas atividades amanhã, quando o anteprojeto será entregue ao presidente da Comissão do Sistema Tributário, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). A subcomissão foi um dos casos raros na Constituinte: sempre que se reunia em caráter formal, havia quorum mínimo. As reuniões informais, com deputados, senadores, assessores e técnicos, eram diárias e costumavam invadir a madrugada.

Houve até mesmo cenas de lobby explícito na subcomissão. Dois representantes de uma entidade classista tentaram derrubar um dos dispositivos do anteprojeto. Os deputados e senadores eram abordados diretamente, durante a votação de sexta-feira, e ouviam, céticos, a argumentação dos lobistas. Estes acompanharam toda a reunião, de tarde e à noite, mas a estratégia não funcionou.



Carlos Mosconi, José Elias e Maria de Lourdes: maratona na Subcomissão de Saúde e Meio Ambiente

A Guanabara pode voltar a ser estado

Se o relatório do deputado Siqueira Campos (PDC-GO) passar pelas etapas seguintes, dia 15 de novembro de 1988 os eleitores do Estado do Rio de Janeiro se pronunciarão em plebiscito sobre a fusão com a Guanabara, que poderá voltar a figurar no mapa do Brasil. Em outro plebiscito, o eleitorado da antiga comarca do Rio São Francisco decidirá se aquela área continua pertencendo à Bahia ou é reincorporada a Pernambuco, que assim estenderia suas fronteiras até Minas.

A Subcomissão dos Estados começou ontem às 16h20 a discutir a segunda versão do anteprojeto, que não inclui emendas que representam os primeiros disparos contra a tese da redivisão territorial e aprovou, já ao votar o relatório com a ressalva das emendas para as quais foi requerida votação em separado, a criação de seis novos estados e a elevação de Roraima e Amapá a esta categoria.

Ontem à noite, quando os destaques começavam a ser votados, a tendência era de que não saíssem dali novas propostas de alteração do mapa do Brasil, mas lobistas agiam incessantemente pela inclusão do Estado de São Francisco entre as possíveis novas unidades da federação. Eles conseguiram que o deputado José Teixeira (PFL-MA) pedisse destaque para emenda apresentada pelo deputado Humberto Souto (PFL-MG), propondo o desmembramento de áreas da Bahia e de Minas Gerais.

A posição do relator é de que os estados não incluídos requerem estudo mais detalhado e devem ser analisados posteriormente, pela Comissão de Redivisão Territorial criada no anteprojeto da Subcomissão dos Estados para redesenhar o mapa do Brasil nos próximos cinco anos. Entre estes estados está o de Brasília que seria formado, conforme a proposta do deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), com desmembramento de áreas de Minas Gerais e Goiás.

Entre os estados sobre os quais há movimento emancipacionista não-incluído no relatório, o que tem mais chances é o do Iguaçu, no Oeste de Santa Catarina e Paraná. A emenda a respeito, porém, não foi apresentada a tempo e só entrará na fase seguinte, quando se reunir a Comissão da Organização do Estado.

Se todas as propostas de criação de estados fossem aprovadas pela Constituinte, o Brasil ganharia 13 novas unidades, além de elevar àquela categoria Roraima e o Amapá. Destas, 12 seriam estados e surgiria também, desmembrado de Roraima, o Território de Mamoré. A tendência não é esta, porém. É possível que a Comissão de Sistematização aceite a tese de que este é um tema da legislação ordinária, cabendo à Constituinte apenas a definição das normas gerais.

Entre os estados propostos, alguns de sobrepõem. Existem três propostas na área do Juruá — duas de criação do Estado do Juruá, com diferentes fronteiras, e uma para o Estado do Alto Juruá. O mesmo acontece em relação ao São Francisco. O do Meio-Oeste incluiria o Distrito Federal, cidades mineiras como Unai e Paracatu, municípios vizinhos, como Luziânia e São João da Aliança e criaria os municípios de Ceilândia, Taguatinga, Gama, Sobradinho e Brasília (a capital). O Estado de Brasília teria mapa semelhante, a depender de plebiscito nas áreas próximas.

Além disso, o deputado César Maia (PDT-RJ) quer que as regiões metropolitanas com mais de 5 milhões de habitantes sejam transformadas em estados de acordo com legislação a ser definida.

Trabalhador terá todos os direitos

A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos aprovou na madrugada de ontem um anteprojeto considerado "progressista e avançado" na opinião do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF). As 466 emendas apresentadas pelos constituintes praticamente não foram acolhidas pelo relator, deputado Mário Lima (PMDB-BA) e na votação dos destaques, durante toda a noite, prevaleceu a vontade da maioria constituída por vários deputados sindicalistas. Os empresários, que protestaram dizendo que se estava tentando fazer uma Constituição fora da realidade e para atender interesses eleitoreiros, tiveram todas as suas propostas derrotadas.

O deputado Osvaldo Bender (PDS-RS) fez um discurso agressivo ao combater a proposta de estabilidade. Ele disse que não é contra o princípio da estabilidade, mas que era preciso determinar alguns limites para que isso não se voltasse contra o próprio trabalhador, com a provocação do desemprego. O deputado citou como exemplo as pequenas empresas que hoje estão indo à falência em todo o País. Já o senador Roman Tito (PMDB-MG), foi aplaudido com entusiasmo quando defendeu a proposta dizendo que "este projeto é que irá dizer que trabalhador é ser humano e não camisa que se suja e joga fora".

O relator procurou restringir a estabilidade, aco-

lhendo uma emenda que excluía a estabilidade nos contratos a termo não superior a dois anos ou de contrato cujo prazo não exceda a noventa dias. Aprovou-se o texto original que assegura estabilidade desde a admissão no emprego, salvo o cometimento de falta grave comprovada judicialmente, facultado contrato de experiência por 90 dias.

A proposta de seguro-desemprego também foi mantida, mas os deputados concordaram que deveriam ser estabelecidos alguns critérios para impedir, por exemplo, que um trabalhador prefira continuar desempregado recebendo o seguro. A greve é outra conquista e de acordo com o texto original não sofrerá nenhuma restrição. E o direito dos servidores públicos, que também poderão se sindicalizar. A organização sindical será livre, preservando-se o princípio de sindicatos por ramo de produção e obrigatoriedade de eleições diretas em todos os níveis para as entidades sindicais, incluindo as federações e confederações.

A aposentadoria para o homem aos 30 anos de serviço e para a mulher aos 25 foi outra proposta mantida. Pagamento integral de aposentadoria e pensão, além de aposentadoria para a dona-de-casa que contribua para a seguridade social. Na próxima segunda-feira, às 16 horas, o anteprojeto da subcomissão será entregue ao presidente da Comissão da Or-

dem Social, deputado Edem Tavares (PFL-PB). A partir de terça-feira, quando estarão reunidas as três subcomissões da Ordem Social, este anteprojeto começará a ser novamente discutido. Novas propostas serão apresentadas e o deputado Osvaldo Bender (PDS-RS) já disse que fará tudo para modificar o anteprojeto, principalmente com relação à estabilidade.

ANISTIA

Acompanhando a votação, estiveram presentes na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores vários sindicalistas, trabalhadores rurais e militares punidos após o golpe de 64. A União dos Militares Não-anistiados distribuiu um manifesto lembrando o movimento dos marinheiros e fuzileiros navais que motivou a punição e defende a proposta de anistia ampla, geral e irrestrita. Eles pressionaram principalmente porque havia uma emenda do deputado Osvaldo Bender retirando do anteprojeto do relator todo o texto sobre a anistia nas disposições transitórias.

Por maioria absoluta, a subcomissão não só aprovou a anistia como ampliou o período de sua abrangência, passando de 1961 para 1946. De acordo com a proposta, todos os civis e militares punidos neste período serão reintegrados ao serviço ativo, com todos os direitos assegurados, inclusive o pagamento dos vencimentos atrasados.

Cai pena de morte mas prisão perpétua passa

A Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, em reunião que durou oito horas e meia, aprovou em bloco o relatório elaborado pelo deputado Darcy Pozza (PDS-RS). Em contrapartida, 38 emendas, cujos destaques foram solicitados, foram votadas em separado. As questões mais polêmicas tratadas pela Subcomissão, à exceção do aborto, não chegaram a ser debatidas ontem, porque os constituintes concordaram com o parecer de Pozza sobre elas.

Assim, não existirá pena de morte no Brasil, seja qual for o crime cometido. A pena de prisão perpétua será aplicada em casos de seqüestro ou estupro seguidos de morte e também em casos de guerra externa; homens e mulheres terão os mesmos direitos, mas os homossexuais não tiveram garantida a não discriminação por "orientação sexual", conforme solicitaram. O relatório cria a Defensoria do Povo e o mandato de injeção, este último para garantir direito assegurado na Constituição, mas não aplicado em razão da ausência de norma regulamentadora, a produção e o tráfico de tó-

xicos, assim como os crimes de tortura, serão inafiançáveis e inatrasáveis; todos terão direito a conhecer informações e referências pessoais registradas por entidades públicas ou particulares; a prática religiosa é livre, assim como o direito de cada um se expressar; os direitos à greve e a livre sindicalização também estarão assegurados, nos termos da lei.

ABORTO

Durante duas horas da reunião os constituintes voltaram a discutir a questão do aborto. No relatório que apresentou, Pozza suprimiu a criminalização da prática, que havia determinado em seu anteprojeto, e definiu que todos terão direito "à vida, desde a sua concepção até a morte natural, nos termos da lei". Para o relator, essa questão seria melhor definida, portanto, no momento da criação da legislação ordinária. Mas nem todos pensaram como ele: o deputado José Genoíno (PT/SP) que não é membro da Subcomissão, apresentou emenda — e pediu seu destaque — o seguinte teor: "A decisão de ter ou não filhos, com a interrup-

ção da gravidez até 90 dias" é direito e garantia individual.

Enquanto a polêmica em torno da emenda corria, um revoltado grupo de mulheres tomava conta das cadeiras da assistência. Com cartazes na mão, elas criticavam o teor do relatório, no tocante ao aborto. "Fascistas! Nazifascistas!" eram as palavras escritas. O endereço era certo: o relator e os membros contrários à legalização do aborto. No final da discussão, entretanto, nem a pressão das mulheres foi suficiente: por 16 votos contra um a Subcomissão rejeitou a emenda de Genoíno.

Outras modificações incluídas no anteprojeto de Darcy Pozza foram — como ele já previa — na parte redacional. Basicamente foram trocadas algumas palavras e acrescentadas outras, para explicar melhor o texto. No final dos trabalhos, às 18h, os constituintes se confraternizaram e esquecendo-se de algumas ricas surgidas durante o mês e meio de trabalho da Subcomissão, concluíram: "Foi um bom trabalho. Valeu a pena".

Aprovadas garantias do cidadão

"Participação popular, palavras gostosas que precisam cada vez mais serem exercitadas". Esta declaração do deputado Uldorico Pinto (PMDB-BA), em meio à votação do substitutivo do anteprojeto de Constituição da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, reforçou a certa altura a aprovação do texto do relator, deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), e passou a estabelecer uma significativa diferença entre representatividade e participação. A polêmica entre estes dois conceitos se instalou logo no início da sessão, quando o senador João Menezes (PFL-PA), por achar que os parlamentares já representam suficientemente o povo, votou contra o substitutivo e foi vencido por 13 votos contra um.

Para Lysáneas Maciel — que teve nas mãos uma matéria nova, pela primeira vez proposta

substitutivo, juntamente com as matérias Anistia e Tribunal de Garantias Constitucionais. A este segmento da economia brasileira, Lysáneas Maciel propõe que "o Congresso Nacional, dentro do prazo de seis meses, a contar da data da promulgação da presente Constituição, elaborará um Código de Defesa do Consumidor" que terá diferentes finalidades.

Dos capítulos integrantes do substitutivo aprovado ontem (da Soberania, da Cidadania, dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos), destaca-se a participação popular buscada pelo relator ao longo do processo de elaboração de seu anteprojeto. Vários pedidos de destaque foram colocados ainda pelo senador João Menezes, insistindo na "inaplicabilidade" de alguns artigos e lembrando que disposições utópicas são formas de enganar o povo.

Projeto dá ao Congresso poder para decidir a dívida externa

O Congresso Nacional deverá decidir sobre as questões de dívida externa do País. Este é um dos principais itens do anteprojeto de Constituição aprovado pela Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. Também pelo anteprojeto serão criados o Tribunal Constitucional e o Superior Tribunal de Justiça.

Mas, para ser definitivamente aprovado, o anteprojeto irá se submeter às apreciações dos membros que formam a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. O relator, deputa-

do João Herrmann Netto (PMDB-SP), reafirmou sua opinião de que não será fácil fazer aprovar na própria comissão o parágrafo II do artigo 30 que trata como atribuição do Congresso Nacional, "resolver sobre os tratados e compromissos internacionais negociados pelo Presidente da República, salvo quando previamente autorizados por lei ou tratado".

Dentro da comissão, já existem diversas tendências, algumas das quais podem questionar este item. João Herrmann, porém, já garantiu, que na qualidade de relator da subcomissão

lutará até à Comissão de Sistematização para a sua aprovação.

Este, com certeza, será o mais polêmico dos itens do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. Entretanto, o anteprojeto original foi pouco alterado, como reconhecem os próprios constituintes. Das 172 emendas apresentadas, apenas 16 foram aprovadas, conforme o parecer do relator.

Luiz Vianna Netto, do PMDB, foi o constituinte que mais emendas apresentou, mas das suas vinte

emendas, apenas três foram aprovadas. Apesar de não se tratar de uma matéria completamente polêmica, a emenda de José Genoíno Netto, do PT, foi considerada prejudicada pelo relator, sob a alegação de que a matéria diz respeito à subcomissão dos direitos e garantias individuais. A emenda visa "assegurar a qualquer pessoa o direito de se insurgir contra atos que violem os direitos universais da pessoa humana". O "direito de resistência", lembrou o constituinte, é garantido, inclusive, pela Constituição dos Estados Unidos.

SEARS

5 PAGAMENTOS IGUAIS PELO PREÇO À VISTA (1+4)

2 ANOS DE MANUTENÇÃO GRÁTIS EM SUA CASA

Produzido na Zona Franca de Manaus

gradiente

ASSISTÊNCIA TÉCNICA SEARS. A ÚNICA QUE PODE OFERECER UMA GARANTIA DESSE TAMANHO.

Na Sears, a qualidade Gradiente dá direito a uma vantagem extra: A garantia de instalação e manutenção grátis, por 2 anos, fornecida pela Assistência Técnica Sears.

Com direito a visitas à sua casa, peças genuínas, mão-de-obra especializada e competente. E que inclui, naturalmente, o primeiro direito e a maior tranquilidade de todo o cliente Sears: Satisfação garantida ou seu dinheiro de volta.

Satisfação garantida ou seu dinheiro de volta. **Sears**